

Aos cuidados do(a) pregoeiro(a).

O microempreendedor individual **49.392.529 RAQUEL GOMES DE LIMA**, CNPJ nº 49.392.529/0001-97, vem através deste ofício apresentar **justificativa para a não apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS**.

O art. 29 da Lei nº 8.666/93 apresenta a lista dos documentos que comprovam a regularidade fiscal dos que pretendem contratar com a administração pública. Entre os itens, o inciso IV do referido artigo menciona a prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O *caput* do art. 29, entretanto, deixa margem para análise de cada caso específico. É o caso do MEI.

O microempreendedor individual que não possui empregado está dispensado de apresentar certidão de regularidade fiscal do FGTS, conforme dispõe o art. 18-A, §13º da Lei Complementar nº 128/2008 c/c art. 32, inciso IV da Lei nº 8.212/91. Assim preveem os diplomas legais:

Art. 18-A da Lei Complementar nº 128/2008

(...)

§ 13. O MEI está dispensado de atender o disposto no inciso IV do caput do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

(...)

Art. 32 da Lei nº 8.212/91

(...)

IV – declarar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, na forma, prazo e condições estabelecidos por esses órgãos, dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores devidos da contribuição previdenciária e outras informações de interesse do INSS ou do Conselho Curador do FGTS; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009) (Vide Lei nº 13.097, de 2015)

Vale ressaltar que esta exceção não exime o microempreendedor individual de comprovar regularidade fiscal em relação aos demais órgãos competentes, mantendo assim os mais altos padrões de eficiência e estrita obediência à legalidade.

Sem mais a acrescentar, renovamos nossos votos de estima e consideração.

RAQUEL GOMES DE LIMA

Representante legal